



O SOLIDÁRIO

Boletim do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa

Novembro/Dezembro 2009



VAMOS LUTAR PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS

É justo e é possível

Já todos ouvimos dizer que “vale mais pouco mas certo”. São as vozes do capital dominante, que de tão repetidas passam a ser verdades para muitos trabalhadores.

Será que os baixos salários representam uma maior estabilidade para as empresas? Salários mais justos inviabilizam as empresas?

Vejam os:

De acordo com dados do Banco de Portugal, INE e do Eurostat a percentagem que as remunerações, (...) representam da riqueza criada, (PIB) diminuiu muito (...). Em 1975, ano em que a situação foi mais favorável para os trabalhadores, as remunerações “líquidas”, representaram 59% do PIB, enquanto este ano (2009) prevê-se que representem apenas 34,1% do PIB (Eugénio Rosa - Economista).

E nessa altura nem se falava em crise nem se encerravam empresas...

Se os trabalhadores recebessem em 2009 um valor correspondente à mesma percentagem do PIB que receberam em 1975, receberiam em 2009 mais 40.860 milhões de euros de salários (Eugénio Rosa).

De onde se deduz que, depois do “trágico gonçalvismo” os mais de 40.860 milhões de euros retirados aos salários dos trabalhadores, não são suficientes para encher os bolsos dos capitalistas. E vai daí, há que baixar ainda mais os salários.

Essa “estabilidade” que o patronato e os seus partidos reclamam é a estabilidade para os grandes negócios, para despedir e aumentar a exploração. É a “estabilidade” para entregar em mãos privadas empresas e sectores públicos. Uma “estabilidade” feita de maiores sacrifícios para a esmagadora maioria do povo português.

Já chega! Vamos reivindicar, vamos à luta.

A BRASILEIRA EM GREVE

Os trabalhadores do café A Brasileira, no Chiado, em Lisboa, estiveram em greve no dia 30 de Outubro, reclamando a actualização dos salários, referentes a 2009, e o cumprimento de direitos inscritos no Contrato Colectivo de Trabalho, como os subsídios de refeição ou a retribuição de horas extraordinárias e trabalho noturno. Com esta luta — que foi complementada por uma concentração à entrada do estabelecimento, onde foram distribuídos folhetos aos clientes e à população — os trabalhadores e o Sindicato da Hotelaria do Sul pretenderam ainda denunciar o comportamento intimidatório e repressivo da gerência, que suspendeu três funcionários (entre estes, um delegado sindical). Aos jornalistas, um dirigente sindical informou que dos 30 trabalhadores do conhecido café apenas não fizeram greve oito que estão contratados a prazo.



COMBATE À CORRUPÇÃO

Documento do PCP sobre o crime de enriquecimento ilícito

O PCP entregou no início da semana um projecto de lei que cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito. Seis meses após ter sido rejeitada pelos votos contra do PS e as abstenções do PSD e CDS/PP, o PCP volta a trazer à discussão um tema da maior importância, com a convicção de que o Parlamento “pode e deve fazer muito mais para adequar o ordenamento jurídico às grandes exigências do combate à criminalidade mais sofisticada, de investigação mais complexa e de grande impacto social”.

Este é um fenómeno que envolve personalidades bem conhecidas da vida empresarial e política. Os processos arastam-se continuando os criminosos a

gozar de impunidade.

A preocupação do PCP com a corrupção é conhecida desde há muito e, em nosso entender, a legislação aprovada ficou “muito aquém do que era esperado, desejável e necessário”, daí que seja imprescindível adoptar medidas concretas de combate à corrupção e à criminalidade económica e financeira.

O PCP propõe no seu projecto de lei a pena de prisão até três anos e multa de 360 dias aos cidadãos que, abrangidos pela obrigação de declaração de rendimentos e patrimónios, pelos cargos públicos que exercem, não demonstrem a origem lícita do património e rendimentos que possuam.

A CRISE É SÓ PARA QUEM TRABALHA

Lembramos que no sector das grandes superfícies não há crise nem para as empresas nem para os patrões. Pelo contrário, está prevista a abertura dum grande número de lojas para o próximo ano.

Todos os grupos económicos mantêm milhões de euros de lucros. Para eles nunca houve crise, são eles próprios a informar-nos nos “relatórios e contas” que são obrigados a publicar anualmente. A crise, como em todo o lado, é só para quem trabalha.

NO CENTRO COMERCIAL COLOMBO O TEMPO DA ESCRAVATURA NÃO ACABOU

- Salários baixos.
- Contratos de Trabalho precários.
- “Falsos” recibos verdes.
- Não pagamento dos subsídios de alimentação, férias, natal, trabalho noturno e de turno.
- Não pagamento das horas extraordinárias, feriados e domingos.
- Horários “sem-fim”.
- Não existência de folgas semanais.
- Não existência das devidas pausas para as refeições.
- Não afixação do horário antes do início de cada mês.
- Não cumprimento do direito a reivindicar sem ser penalizado.
- Falta de respeito pela dignidade do trabalhador.



RESISTIR COMPENSA!

Ao fim de seis anos de luta e resistência, os trabalhadores da CP receberam finalmente o dinheiro que lhes era devido desde 2003 — nesse ano, o Conselho de Gerência da empresa marcou faltas injustificadas aos trabalhadores que aderiram a uma greve.

Num comunicado da célula do PCP do Sector Ferroviário de Lisboa, os comunistas retiram desta vitória algumas lições: a convicção de que “vale a pena lutar”. Perante o “comportamento ilegal da empresa, os ferroviários empreenderam várias formas de luta. Entre as quais se destaca a continuação da adesão massiva às greves que desde então se realizaram, vencendo o medo pela diminuição do salário “enfrentando as ilegais sanções que desde 2003 lhes caíram em cima”. Casos houve em que os trabalhadores perderam entre três e quatro dias de remuneração por dia de greve com o pretexto de esse dia estar “encostado” aos dois dias de folga semanal.

Mas esta luta foi mais longe, transpondo os portões da empresa até junto do Ministério dos Transportes, do Provedor de Justiça, dos tribunais.

Uma outra “lição” prende-se com o estado da democracia em Portugal. Concluindo que esta “está doente”, a célula comunista acrescenta que os “direitos constitucionais — como o direito à greve — são cada vez menos respeitados nas empresas e locais de trabalho”. O facto de esta situação se ter passado numa empresa pública e de terem sido necessários seis anos de luta para que finalmente se resolvesse de forma justa é bastante revelador, mas nunca desanimou a luta.

CURTAS... (mas boas)

O jornal “Global” de 10/11/09 divulga uma notícia em que segundo uma sondagem realizada em 27 países e divulgada pela BBC o “mundo está insatisfeito com o sistema capitalista”. Os russos (61%) e os ucranianos (54%) são os que mais lamentam o desaparecimento da União Soviética.



GOVERNO NOVO POLÍTICAS VELHAS

É com o PCP que os trabalhadores podem contar!

As eleições legislativas resultaram na perda da maioria absoluta do Governo PS/Sócrates. Os portugueses demonstraram nas urnas o seu descontentamento perante quatro anos de maioria absoluta, de desemprego, de precarização do trabalho, de baixos salários e de políticas que atacaram direitos sociais basilares, em benefício dos grandes grupos económicos — sim, porque estes são os únicos que podem, de facto, sentir alguma gratidão pelo Governo.

Assumindo o lobo a pele do cordeiro, vem agora o Governo PS tentar responsabilizar tudo e todos por um eventual agravamento da situação que o país atravessa. Aparece cheio de boas intenções, com as mesmas soluções para os males do país, para salvar finalmente o país da crise e que, como Governo minoritário, só não salvarão o país se a oposição não deixar, e os “portugueses” não se quiserem sacrificar. Chega mesmo a existir aqui uma ameaça velada — o Governo afirmou já que caso não consiga governar “livremente” mais despedimentos poderão suceder-se.

É este o mesmo Governo que contribuiu para que o desemprego disparasse e não agiu, contribuindo assim para que aumentassem escandalosamente os núme-

ros da pobreza, do trabalho precário e da exclusão social. Há já sinais preocupantes e que confirmam as “boas intenções” deste Governo, se dúvidas existissem: o aumento de 2,9% do preço da electricidade, quando é sabido que a EDP, privatizada e com maioria de capital estrangeiro, obteve lucros de 4.283 milhões de euros, entre 2004 e 2008, 540 milhões dos quais só no 1º semestre de 2009; voltou já à ribalta o famoso défice, que já no passado serviu de justificação às políticas mais irresponsáveis e atentatórias dos direitos dos trabalhadores. Também seguindo este raciocínio, obedecendo ao princípio de Portugal como aluno da fila da frente da União Europeia em tudo o que é mau para o país, o Governo deixou já antever que pretende manter a contenção salarial o que, em português corrente, significa política de baixos salários, maior precarização e menos direitos sociais.

O PCP, enquanto oposição responsável que honra os compromissos assumidos tem consciência que o combate à crise económica e social se faz com medidas concretas, em sentido inverso às que tem seguido o PS. O PCP apresentou já na Assembleia da República projectos de lei sobre:

- **Código do Trabalho:** reposição do princípio do tratamento mais favorável; eliminação dos mecanismos de caducidade das convenções colectivas; eliminação dos dispositivos de desregulamentação do horário de trabalho; protecção dos trabalhadores com contratos a termo.
- **Segurança Social:** garantia do direito à reforma sem penalizações com 40 anos de trabalho; novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais; alteração das regras para atribuição do subsídio de desemprego.

Os trabalhadores e os portugueses sabem que é só com o PCP que podem contar. É tempo de exigirmos a ruptura e a mudança. Só a determinação e a unidade do povo unido e organizado podem travar o aprofundamento das políticas de direita que, nas últimas três décadas, conduziram o país à ruína e muitos milhares de portugueses a situações verdadeiramente dramáticas. O PCP, assumindo a sua natureza de classe, está e sempre estará do lado dos trabalhadores, pugnando por uma vida melhor para o Povo português, por um país soberano, de progresso, justo e democrático.

Afinal há ou não há luta de classes?



A organização do PCP na Construção Civil distribuiu aos trabalhadores um documento sobre a precaridade laboral

Aí de afirma que o último desgoverno PS/Sócrates prometeu no seu programa eleitoral criar 150 mil novos postos de trabalho.

Agora que se chegou ao fim da le-

gisatura, verifica-se o contrário, pois a taxa de desemprego aponta para os 600 mil desempregados.

35 anos depois do 25 de Abril, continua a existir uma profunda contradição no País. Quem constrói as casas, na sua grande maioria, continua a viver em barracas, ou em casas muito degradadas.

A forma de a grande maioria dos ricos conseguirem as fortunas é através da exploração do trabalho e da especulação. Por isso os trabalhadores lutam pelo direito ao seu posto de trabalho e por melhores salários. Se esta luta permanente não é a luta de classes, então o que é?

A arrogância do patronato perante a luta no Sector da Limpeza

No Sector da Limpeza o patronato recusa-se a negociar o Contrato Colectivo de Trabalho com o Sindicato da CGTP/STAD, visando a sua caducidade, enquanto acorda com o sindicato da UGT/FETESE um contrato que retira a generalidade dos direitos que os trabalhadores do Sector conquistaram com dura luta ao longo de muitos anos, ficando bem claro ao serviço de quem está a UGT.

FICHA DE CONTACTO

Nome

Morada

Telefone

Telemóvel

Empresa

Contacta-nos:

Av. da Liberdade, 170 - Lisboa
ou para o email: dorlpcp@dorl.pt
Tels. 213307000 - 937307000 - 919554117/8
961039241 - 962506637

Greve na IBERLIM (Limpeza)

Pela gravidade das posições assumidas pela IBERLIM não podemos deixar de desmascarar e condenar publicamente os ataques aos mais elementares direitos dos seus trabalhadores, como o direito de reunião e o direito à greve, para além dos ataques aos direito contratuais.

Tentativa de impor serviços mínimos durante a greve • que, na prática, retiravam qualquer eficácia à luta, como aconteceu, por exemplo na Aeroporto de Lisboa e no Hospital de S. José, entre outros locais de trabalho.

Levantamento de dezenas de processos disciplinares, • com intenção de despedimento, a trabalhadores que legitimamente participaram quer em greves, quer em plenários convocados pelo seu sindicato, sanções ilegítimas, visando desmobilizar os trabalhadores.

Pressão psicológica através de comunicados ou mesmo • de forma oral, a raia o terrorismo, fazendo lembrar tempos que pensávamos enterrados depois do 25 de Abril de 1974 com a conquista da liberdade e dos direitos.

Pela responsabilidade do governo PS pelas leis que produzem para proteger os poderosos contra os mais fracos, o PCP não deixará de mobilizar os trabalhadores para lutarem contra esta política.

E os trabalhadores têm vencido o medo.